

Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais
Escola de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Feminismo e o anarquismo pelas bordas: a resistência enquanto ação política

Feminism and Anarchism by the edge: the resistance as political action

Daniela Dalbosco Dell'Aglio ¹

Paula Sandrine Machado ²

Resumo

Este artigo coloca em questão o conceito de resistência para pensar o feminismo anarquista, anarca-feminista, ou ainda, as políticas *queer*, e os modos de fazer política que tem como intenção escapar do esperado, não percorrer caminhos institucionais e utilizar estratégias fora do alcance do Estado. A partir de conceitos que envolvem a analítica de poder, do Foucault, compreendemos como o Estado está imbricado nas construções dos modos de vida, opressões e hierarquias. A partir desta análise, abordaremos o anarquismo enquanto uma estratégia atrelada à resistência, que deve ser compreendida enquanto uma prática de liberdade e, ainda, enquanto uma forma de rejeição da tutoria e autoridade que controlam as subjetividades.

Palavras-chave: anarca-feminismo; feminismo anarquista; *queer*; resistência.

Abstract

This article aims to think about the concept of resistance, to reflect about the anarchist feminism, anarchy-feminism, queer politics, and about manner of making politic that intend to escape from expectations, not to go through institutional paths and to try strategies outside the reach of the State. From concepts that involves Foucault's analytic of power, we understand how the State is embedded in the constructions of ways of life, oppressions and hierarchies. From this analysis, we will approach anarchism as a strategy linked to resistance, which must be understood as a practice of freedom and as a form of rejection the mentoring and authority that controls subjectivities.

Keywords: anarchy-feminism; anarchist feminism; *queer*; resistance.

¹ Mestra em Psicologia Social e Institucional UFRGS e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional UFRGS. danieladellaglio@gmail.com. Bolsista CAPES de Doutorado. E-mail: danieladellaglio@gmail.com.

² Doutora em Antropologia Social UFRGS e Professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional UFRGS. E-mail: machadops@gmail.com



Introdução

Quando se pensa nos movimentos sociais, nas lutas políticas atreladas aos feminismos, costuma-se associar à palavra resistência. O presente artigo pretende abordar de forma exploratória os sentidos desse termo, e as disputas em torno dele, no interior de uma luta tão plural, como aquela em que se situam os feminismos. Partimos de conceitos de Michel Foucault (1984, 1988, 1979) envolvendo a analítica do poder, que entende o poder sempre em relação. Desse modo, enquanto houver relações de poder perpassando a sociedade, haverá forças de resistência. Podemos pensar que a resistência habitaria o campo de escapar do esperado no modo de fazer política, dessa forma não estando oposta a algo, mas sim, imbricada nesta rede complexa.

Dentro da discussão de resistência, partimos também da ideia de anarquismo enquanto políticas de vida que questionam normas, opressões e hierarquias, para pensar como as questões que envolvem o corpo, como gênero e sexualidade, se atravessam a discussão das relações de poder. Portanto, analisamos também o que podemos chamar de feminismo anarquista, anarca-feminismo, ou ainda, políticas *queer*, que assim como a pluralidade do que entendemos por “feminismos”, também compõem um campo múltiplo e em disputa por conceituação e como possível estratégia de resistência. Ainda, utilizamos o conceito de agência, que iremos explicar adiante, para problematizar se as lutas autônomas e do corpo podem ser consideradas práticas políticas, a partir de uma diferenciação de ação cotidiana, ação individual e ação política.

Resistência: entre relações de poder e o anarquismo

A partir do pensamento de Michel Foucault (1979, 1984, 1988, 1994) e suas contribuições relacionadas aos discursos de verdade, relações de poder, subjetividade e governamentalidade, torna-se possível pensar o conceito de resistência atrelado à analítica do poder. Foucault elaborou suas reflexões a respeito dessa temática, estando presente em um momento político fundamental para os intelectuais franceses. Após maio de 68, diversos acontecimentos potencializaram as construções teóricas desses acadêmicos para tecer uma possível crítica à sociedade capitalista, diferente daquelas realizadas pelo marxismo contemporâneo (DÍAZ, 2006). Aqui se encontra um potente marcador teórico e político, que, ao se propor a perseguir a política cotidiana e as estratégias de críticas ao capitalismo como objetos de análise sem tomar o marxismo como base teórico-conceitual, constrói um novo momento que caminha junto com os autores de um campo que podemos entender enquanto pós-estruturalistas. Não por acaso, muitas das discussões que se inscrevem nessas perspectivas são utilizadas por coletivos anarquistas contemporâneos.

Nildo Avelino (2012) ressalta que existem anarquismos no plural e, aqui, estamos falando de um anarquismo que busca dialogar com o movimento pós-estruturalista, por isso, segundo o autor, é chamado em muitos lugares também de pós-anarquismo, anarquismo pós-moderno ou anarquismo pós-estruturalista, o que marca não uma cronologia, mas uma

ruptura epistemológica que critica o determinismo econômico marxista. Esses e essas autores/as, contudo, não reivindicam, necessariamente, uma identidade “anarquista” no espaço acadêmico. Assim, tematizar o anarquismo dentro desse território, significa analisar como essas pessoas estão pautando e criticando as estruturas de poder, as hierarquias e a revolução marxista enquanto estratégia política. A temática das relações de poder deixa de ser vista enquanto um objeto do conhecimento, e passa a atuar como um instrumento analítico e uma ferramenta crítica de análise. A partir dessa perspectiva, não se buscaria pautar o anarquismo enquanto um ideal, tampouco enquanto uma identidade, mas enxergar o anarquismo enquanto um movimento, que sempre funciona de modo contínuo (BUTLER, 2012).

Quando Foucault (1988, 1994) aborda a noção de poder, busca mostrar que o poder não existe enquanto unilateral, mas sempre em relação – aqui em tempos de busca de democracia real em diferentes contextos, torna-se elucidativo pensar que o poder não é um cargo político-partidário, mas está nas múltiplas relações que se atravessam e caracterizam o campo social. Dessa forma, a visão marxista do povo “tomar o poder”, para Foucault e demais autores pós-estruturalistas pode parecer um tanto quanto equivocada, uma vez que enquanto houver essas relações de poder perpassando a sociedade, concomitantemente com as relações de opressão e desigualdade que se formam, haverá forças de resistência – o poder implica a liberdade de resistir (PELEGRINI, 2012). Para Foucault (1988, p.102-108) a resistência não estaria, portanto, em oposição ao poder, pois estaria imbricada nessa relação.

Já no campo de estudos da análise institucional, resistência está ligada aos processos entre instituído e instituinte. Instituído pode ser entendido enquanto a ordem estabelecida, como aquilo que é considerado “normal” frente à sociedade. Instituinte remete à capacidade de contestação em relação a esses “hábitos” sociais (LOURAU, 2004). É importante não separar o instituído e o instituinte de forma a criar oposições polares, uma vez que, em muitos momentos, essas palavras andam juntas. Quando se busca alguma reformulação de uma lei atrelada à construção de uma política pública, por exemplo, está-se buscando novos processos, o que se aproxima do conceito de instituinte. Porém, essas leis, inevitavelmente, acabam por construir certos estereótipos e características a quem ela é destinada, produzindo, dessa forma, novos instituídos. O processo de resistência, portanto, ajuda a desconstruir esses binarismos e a escapar desse jogo de opostos.

Portanto, considerando o campo das relações de poder (FOUCAULT, 1979) e as dinâmicas entre instituintes e instituídos, a resistência pode ser vista enquanto uma suspensão do sentido naturalizado atribuído às normas institucionais que nos constroem e nos modelam enquanto sujeitos, possibilitando uma recusa a padrões normativos. Instituições, essas, que, a partir de tecnologias e dispositivos estão atreladas ao controle de nossas subjetividades. Tecnologias, que são constituídas por saberes e técnicas, presentes nas lógicas do Estado, do governo e de controle. Esse controle da vida que acaba por produzir normatividades. Foucault (1979) ao problematizar essa forma onipotente e onipresente do Estado traz o conceito de governamentalidade em que, a partir do campo estatal, seria uma técnica de controle que

modula os corpos através de uma lógica de hierarquia e de leis. Com isso, o Estado passa, não só diretamente, mas em nome dele – em suas políticas e práticas - se responsabilizando por técnicas que produzem subjetividades, estilos de vida e, ainda, aquilo que é esperado ou não para determinados corpos. Produzindo assim, portanto, aquilo que é negado, marginalizado, abjeto.

Mesmo ampliando o campo de análise para que não se reproduza uma perspectiva etnocêntrica e colonialista, tendo conhecimento de sociedades que se organizam sem o Estado ou contra ele, a partir de outras formas de organização que podem ressignificar as relações de poder (CLASTRES, 2003; SCOTT, 2009), aqui não se busca negar o Estado no formato em que conhecemos, uma vez que estamos inseridas nesse processo político. Busca-se, sim, refletir essas relações de poder imbricadas no sistema em que conhecemos. Se o poder é definido como dominação, como em uma perspectiva teórica mais ligada ao marxismo, ele pode e deve ser combatido, mas se é definido como estando em todos os lugares, como parte integrante de todas as sociedades, não pode ser eliminado. Isso constitui um dilema teórico e prático para o anarquismo que pode ser produtivo (ECKERT, 2012). Assim, a partir dessa análise, pode ser possível refletir como construir brechas para que as diferentes possibilidades de subversão – de construir instituintes – não sejam barradas ou interrompidas por determinadas instituições.

Ao mesmo tempo, não se trata aqui de definir ou reificar o Estado enquanto algo monolítico, uma vez que entendemos que ele se constrói a partir do fazer, performaticamente, não existindo um “Estado” anterior às práticas que o envolvem. Nessas práticas não se inclui apenas a promulgação de leis e mudanças de ordem macropolíticas, mas principalmente, as ações cotidianas consideradas banais e rotineiras. Essas práticas cotidianas, chamadas de procedimentalismo, reproduzem as condições que permitem a continuidade da instituição, e ainda, através delas, reproduzem-se desigualdades sociais, tais como as de classe, de gênero (SHARME e GUPTA, 2006) e de raça.

De todo modo, entendemos o Estado enquanto um aparato que está disponível para exercer determinada função social, reforçado de muitas maneiras pela sociedade, aberto a contradições e permeabilidades. A pergunta, portanto, não seria o que é o Estado, mas sim como ele funciona (ROSE, 2006), uma vez que dentro dele também existem estratégias e aparatos que buscam romper certas lógicas que consideramos aqui enquanto “instituídas”. Estamos analisando essas relações estatais e como se atravessam com as tentativas de resistência de um lugar que entende essas lutas enquanto potentes, embora muitas outras análises sobre o Estado sejam possíveis, uma vez que sua conceitualização não se encontra em um campo monolítico.

Existindo o Estado, existirá tentativas de construir propostas instituintes. Dentro da própria lógica estatal, haverá mecanismos de controle que irão tentar apropriar – ressignificar pautas, histórias e narrativas e adaptar temáticas de modo que possibilite enquadrar em uma esfera mais “limpa” - possibilidades de estratégias políticas. Quando, por exemplo, constroem-se demandas específicas para um corpo de pessoas que se diz uma unidade, acaba-se

facilitando para o próprio Estado mercantilizar e institucionalizar essa identidade. Nós – mulheres, nós – gays e lésbicas, nós que temos uma identidade com demandas específicas de reivindicação através do próprio Estado acabamos por fazer parte desse jogo de relações de poder. Desse modo, o Estado também constrói e produz o que essas identidades significam, para quem servem determinadas políticas e quem pode ter acesso a elas.

A institucionalização, que aqui estamos falando, pode ser entendida enquanto um processo de institucionalizar, ou seja, de transformar algo em instituição (LAVALLE, CARLOS, DOWBOR e SZWAKO, 2017). Esse processo encontra-se constantemente no jogo entre instituídos e instituintes. A institucionalização, ainda, não está relacionada apenas com leis aprovadas, mas também a processos rotineiros que se estabelecem de modo que certos interesses se sobrepõem a outros. Nada está totalmente fixo, uma vez que muitas leis e direitos encontram-se constantemente ameaçados e não garantidos, fazendo com que a institucionalização em si seja um mecanismo permeável que torna possível o jogo de produção política e de modos de vida.

Dentro dessa lógica, anseia a vontade de encontrar furos onde a institucionalização não alcança tão facilmente. Nessa aposta situamos a aproximação com o anarquismo. A brecha. O que escapa. O que corre. Por isso, não seria através do Estado que se reivindicaria as demandas políticas, pois se busca construir outras relações, contestando essas dimensões legais do poder do Estado, colocando desafios perturbadores sobre sua legitimidade (BUTLER, 2014).

Feminismo e anarquismo

As questões de gênero e sexualidade são temas que se atravessam de forma constante com o anarquismo, uma vez que, se questionamos como o Estado a suas instituições podem produzir relações de poder hierárquicas, estamos questionando também como essas relações atravessam nossos corpos, fazendo-o deles, corpos políticos. Dessa forma, as questões de gênero e de sexualidade, somadas e atravessadas por outros marcadores sociais estão imbricadas nesses jogos de poder construindo expressões e modos de viver mais privilegiados em relação a outros. Dessa forma, somar o anarquismo a esses pontos é pensar como transformar pluralidade e diversidade numa horizontalidade e em uma equidade na política de vida social (ECKERT, 2012).

Para Joan Scott (1995) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Interrogar as categorias de gênero ou da sexualidade de um ponto de vista genealógico, compreendendo como essas relações de poder estão presentes na construção sociais do que entendemos hoje por sexo e gênero, significa, portanto, considerar a noção de verdade em relação aos seus efeitos excludentes e disciplinadores (ECKERT, 2012). Se, então, gênero constitui as relações sociais que envolvem diferenças de relação de poder, para pensar a passagem do Foucault (1988, p.105) “onde há poder, há resistência” percebe-se aí um elemento em que a resistência feminista está presente. Dessa forma, pode-se pensar que o feminismo funciona enquanto uma luta que busca

questionar essas hierarquizações das relações de poder imbricadas ao gênero, questionando também outros marcadores presentes nessa cadeia, como raça, etnia, classe, geração, deficiência.

O desafio em descrever e situar o feminismo anarquista, ou anarca-feminismo, relaciona-se com a mesma problemática de que assim como existem entendimentos plurais sobre os feminismos, existe também sobre o anarquismo, portanto, anarquismos. Em um primeiro momento, ao pesquisar virtualmente a respeito de feminismo anarquista ou anarca-feminismo, o que é possível encontrar são textos que se referem ao fim do patriarcado, que fazem referências a mulheres anarquistas como Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman, ao mesmo tempo em que apontam a desigualdade que existe entre os sexos “homens e mulheres” (AÇÃO ANTISEXISTA, sem ano; BOLEVARI, 1995; LUANA e DIAS, 2007).

Referências como essas podem ser sustentadas por outro momento e referencial teórico que envolve o anarquismo. Isso devido à origem do anarquismo se relacionar com o movimento sindical e, posteriormente, ter havido uma “virada” epistemológica, se aproximando das universidades (SIMÃO, 1989). Na contemporaneidade o anarquismo tem aparecido com outras caras. Nos debates em relação ao gênero e à sexualidade, o *queer*³ se aproxima, principalmente nos Estados Unidos, a uma cultura anarquista (DARING, ROGUE, VOLCANO e SHANNON, 2012). O *queer* questiona a noção de patriarcado para pensar no sistema sexo/gênero que, justamente, cria e constrói os papéis binários de ser homem e ser mulher, aqueles afirmados pelas referências anarca-feministas citadas anteriormente. Existe uma disputa em relação à origem do termo *queer*, se teria surgido na academia, pelos movimentos sociais, pelo meio cultural, ou ainda, dessas três ou mais formas concomitantemente (PAES, 2014). Dentro disso, o que é importante pensar é como esse termo foi ganhando uma popularidade nesse contexto norte-americano e, independente da onde tenha sido sua origem, da forma como dialoga com diferentes espaços e instâncias sociais.

O movimento político, portanto, é conhecido como “anarco-queer”, que teria surgido no século XX, com o foco político da não-obtenção de direitos junto ao Estado, tampouco com movimentos LGBTTT. Seus objetivos seriam a contraposição à heteronormatividade e a libertação sexual como fator necessário para outras formas de libertação. O anarquismo *queer* seria uma alternativa importante para o movimento do libertarismo gay em ascensão, segundo Judith Butler (2012), uma vez que entende que esse libertarismo muitas vezes reproduz

³ *Queer* é um termo que carrega o colonialismo de uma forma incontestável, não só por ser um termo em inglês intraduzível (em inglês significa estranho, esquisito, de uma forma pejorativa, utilizado para se referir também a homossexuais), mas também por suas produções teóricas serem, em sua grande maioria, europeias ou norte-americanas. O termo *queer* no inglês pode ser utilizado enquanto um adjetivo, um substantivo e também um verbo que tenta através de uma palavra se referir a minorias de gênero que não são baseadas nas costumeiras identidades (DARING; ROGUE; VOLCANO; SHANNON, 2012). A teoria *queer* surgiu para tentar dar conta dessa fluidez de gênero, sendo Judith Butler sua principal teórica. Hoje a palavra *queer* tem sido utilizada junto também com a palavra “política” para se referir a estratégias de luta que partem dessa perspectiva.

significados individualistas a respeito de uma liberdade pessoal, sem fazer uma crítica em relação ao sistema em que estão inseridos e ao Estado.

Aqui, entendemos que o anarquismo não busca ser uma ideologia que produz verdades sobre algum modelo. O anarquismo, visto como um movimento, ocupa-se em compreender como as opressões e as hierarquias aparecem nas nossas relações cotidianas, que vão além das questões que envolvem o Estado e as políticas públicas. Podemos pensar que as questões de gênero e sexualidade são temas que se atravessam de forma constante com o anarquismo, uma vez que, se questionamos como o Estado e suas instituições produzem relações de poder hierárquicas, estamos questionando também como essas relações atravessam nossos corpos, portanto, nosso gênero e nossa sexualidade, fazendo-o deles, corpos políticos.

O feminismo anarquista ou o anarca-feminismo seria uma forma de sustentar princípios anarquistas dentro da luta feminista, como autonomia, horizontalidade e ação direta, não sendo alvos da luta, diretamente, os partidos políticos e o Estado. Aqui não significa que esses “alvos” não são importantes, mas que, estrategicamente, não são os pontos principais. Isso não exclui que o Estado constantemente esteja presente, uma vez que suas produções de modos de vida existem constantemente na produção de subjetividade. Desse modo, torna-se difícil separar o que “não é do Estado”.

Justamente por questionar as relações hierárquicas produzidas pela institucionalização do Estado, anarquismo se conecta com o feminismo através de práticas subversivas, performances, grupos de apoio, atos, entre outras práticas inesperadas. O anarca-feminismo seria, a partir desse ponto de vista, mais uma estratégia de luta política do que um “referencial teórico” acadêmico, mesmo havendo uma retroalimentação constante de autoras e autores que tem afirmado um lugar de anarquismo dentro da academia.

A agência e a resistência nas lutas autônomas

Para pensar a política *queer*, anarca-feminista, feminismo anarquista e estratégias autônomas como práticas de resistência, é importante fazer uma reflexão a partir de autoras e autores que produzem a respeito desse conceito para que possamos questionar se as lutas autônomas e do corpo podem ser consideradas práticas políticas. Essas reflexões são importantes, uma vez que existem críticas ao se falar sobre “práticas autônomas”, que seriam individualistas e não-políticas. James Scott (2002) ainda que faça a provocação da questão da resistência enquanto estratégia cotidiana, a partir da análise de camponeses da Malásia, entende por resistência ações que corroborariam com as estratégias mais ligadas aos movimentos sociais institucionalizados. Ele entende a ação cotidiana enquanto importante, diferenciando da ação individual, que, ao contrário da ação cotidiana seriam atos egoístas, que não se caracterizariam como ação política. Dessa forma propõe a resistência além da materialidade fixa, mas conforme a intencionalidade e a inventabilidade, ou seja, uma ação por si não seria política, pois a intenção dela teria que ser em relação a um grupo ou a alguma organização maior.

James Scott (2002), ao relacionar a questão da intencionalidade com o conceito de resistência, corrobora com a perspectiva do conceito de agência de Sherry Ortner, (2007) em que essa intencionalidade ao agir e, também ao resistir, inclui enredos, planos, metas, objetivos, ideais apontando para algum propósito. Essa ideia reforça que para existir agência deve haver uma reflexão, ou seja, não ser apenas o ato rotineiro, sendo que todos os seres humanos têm essa capacidade, e o que diferenciaria seria o tempo, os lugares e suas especificidades. A resistência seria uma forma de agência que se relacionaria com as relações de poder, o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Aqui não se busca fazer um julgamento sobre qual perspectiva em relação à resistência e à agência é certo ou errado, mas compreende-las a partir de seus lugares. Por isso, para pensar as lutas autônomas e anarquistas que envolvem os feminismos e, ainda, as práticas políticas que tangem ao corpo e a existência, a perspectiva de agência desses dois autores não considera a forma de combate do inesperado e do choque enquanto ação política que estamos pautando aqui.

Veena Das (2007) nos ajuda a pensar o conceito de resistência junto com o feminismo, quando problematiza a questão da violência, em que a resistência passa a ser um embate direto em relação ao corpo. Para a autora, então, a resistência se faz no dia-a-dia e isso não necessariamente significa que existe um “alguém” da resistência, um agente, mas que o ato de resistir está numa composição frente a uma existência – aqui podemos pensar nos corpos negados, marginalizados. O agenciamento se faz de uma maneira indireta, transversal, e também entre pessoas que não necessariamente pertencem a alguma intenção de agir. Resistência seria, portanto, a atuação para além da submissão, com os seus corpos, o uso que fazemos cotidianamente com os nossos corpos. A noção de agência utilizada por Das (2007) nos faz refletir sobre características como paciência e paixão, as quais costumam ser vistas enquanto passividade, e que podem ser pontos de resistência em determinados contextos.

Ainda, Veena Das e Deborah Poole (2004) entendem a resistência a partir da problematização entre o Estado, suas instituições e o borrão que se cria nas fronteiras de suas margens. As autoras nos desafiam a pensar as margens em relação ao Estado, porém sem criar uma oposição. Sua reflexão parte de como acontecem cruzamentos que se confundem dentro dos fluxos, das performances, dos rituais nas ações cotidianas que, ao fugir de um instituído esperado pelo Estado, cria-se o inesperado, onde o Estado não alcança, logo, aquilo que está à margem. Podemos fazer o uso dessa reflexão não só para pensar fronteiras locais e espaços físicos, mas as fronteiras da existência, em que os grupos periféricos habitam as políticas estatais de maneira a borrar a fronteira de dentro e fora da lei. Ainda, para as autoras, estar à margem seria uma estratégia de resistência que se compõe na rede de relações de poder.

Butler (2007) também discute o conceito de agência, compreendendo-a enquanto a capacidade de ação política perante qualquer relação de poder. Para ela, as normas e instituições não são apenas uma imposição social no sujeito, mas constituem o próprio sujeito. Ainda, dentro desse processo existem brechas, como o conceito de performatividade que indica que o sujeito nunca é constituído totalmente, pois nas próprias dinâmicas do poder se

encontra a condição da agência. Dessa forma, agência seria uma possibilidade de subversão que, paradoxalmente, só é possível graças a essa condição primária de falta de liberdade.

Em relação aos conceitos de Foucault (1979, 1994) como governamentalidade e poder, podemos entender que quando se utiliza o Estado para reivindicar demandas políticas, as relações de poder se mantêm, facilitando suas apropriações. Para Butler (2010), ao recorrer ao meio jurídico enquanto “mulheres” para reivindicar direitos – uma identidade – corrobora-se com o próprio meio que produz essas diferenças entre “homens” e “mulheres”. Ou seja, recorrer ao Estado para reivindicar pautas, para Butler, leva a produzir junto com o sistema essas diferenças que reproduzem lógicas opressivas. Isso porque quando se delimita para quem é uma política, se cria um estereótipo de para quem ela serve, excluindo aqueles sujeitos que excedem a norma, sendo considerados como abjeções incompreensíveis, reforçando um paradigma institucional disciplinar normalizador que opera de maneira a domesticar ou excluir o desconhecido (DUARTE e CESAR, 2012).

Por isso, é necessário pensar estratégias que borrem as dependências e relações diretas entre demandas políticas e o Estado. Foucault (1988, 1984), dialoga com essa problematização, uma vez que após refletir sobre os diferentes conceitos em relação à problemática do poder – envolvendo o Estado, passa a se ocupar de questões referentes ao sujeito e a sua subjetividade – o que abre para pensar estratégias micropolíticas. Foucault (1985, p.49) faz isso de modo que passa a tomar a si próprio como objeto do conhecimento para transformar-se, a fim de valorizar as relações de si para consigo. Essa “cultura de si” se relaciona com as práticas autônomas e ao cuidado de si por meio de práticas de liberdade. Isso não significa pensar que uma pessoa sozinha estaria produzindo política, mas possibilita que, em um determinado contexto e uma localidade, as ações autônomas problematizem as políticas tradicionais e institucionalizadas. A reflexão trazida por Das e Pole (2004) a respeito das margens dialogam com esse ponto, uma vez que as margens seria o espaço onde o Estado não chega, dessa forma, não instituindo suas estratégias combativas.

Os conceitos trazidos por Foucault (1985, 2006), como práticas de liberdade e cuidado de si, são dificilmente traduzidos para a praticidade na luta política e ao cotidiano. Também, a materialização das teorias acaba por não ser uma preocupação constante para quem se dedica aos estudos de Foucault. Porém, manter esses conceitos no abstrato pode reproduzir a ciência universalista que não se preocupa com os marcadores sociais interseccionais, incluindo as questões de gênero. Por isso, autoras feministas operam com esses conceitos para problematizar de fato as políticas contemporâneas.

Donna Haraway (2000), teórica feminista, problematiza a relação sobre corpos e poder, fazendo uso do conceito de ciborgue, em que, na contemporaneidade não existiriam corpos que poderíamos considerar “normais” e que se enquadrariam em padrões instituídos socialmente, isso porque estamos inseridos em processos tecnológicos que se atravessam de múltiplas formas em nossos corpos. Por isso, ciborgues seriam arranjos indissociáveis de tecnologias, partes orgânicas, discursos, imagens, relações, histórias, inteligências artificiais, heranças psicológicas e muitos outros recursos. Essa produção faz possível considera-los pós-

humanos, sendo a própria tecnologia a produção desses corpos, podendo-se, também, chamá-los de corpos *queer* (ECKERT, 2012). Corpos esses que não buscariam entender uma origem, tampouco produzir verdade, mas compreender a relação consigo mesmo e com os outros baseado no “tornar-se”, levando em conta as questões que o próprio corpo produz.

As contribuições dos estudos *queer* e feministas nos ajudam a pensar as políticas que tangem ao corpo, ao gênero e à sexualidade, que se atravessam na relação de si consigo, questionando as identidades e buscando não se definir. Dessa forma, não existe um “ser *queer*” enquanto determinados padrões estéticos que se repetem, mas a estética-política de diferentes corpos que provocam a subjetividade do estranhamento, do marginalizado, da confusão. Esses corpos, portanto, no próprio ato da existência, por sua performatividade, correm pelas beiradas do que é padronizável. Pensar a política autônoma é estar ativo em formas que escapam de uma lógica que retroalimenta o Estado e suas polícias. As políticas anarca-feministas parecem ser então aquilo que escapa, andando junto, portanto, com o anarquismo e com as margens.

A política enquanto vida

Dentro dessas diferentes conceituações a respeito do feminismo, do anarquismo, da resistência e dos movimentos que ocupam um espaço visível da luta, podemos perceber que existe o cotidiano feminista em que muitas vezes não é facilmente observável. Esse dia a dia político não é um exemplo do que teoricamente tem se produzido e debatido, mas sim, de certa forma, a própria discussão teórica, imbricadas na prática. Por isso, separar teoria e prática não faria sentido, uma vez que não só uma parte se alimenta da outra, mas elas se complexificam e co-existem, em que o próprio escrever acaba por ser política e o fazer política potencializa a escrita. O movimento feminista tem estado em processo constante transformação, ou seja, não existe o que é o movimento feminista enquanto uma unidade, uma vez que diferentes problematizações são pautadas cotidianamente em diferentes debates e também por diferentes grupos. Isso produz as diferenças, por isso feminismos no plural.

Existem tentativas constantes de apropriar-se dos movimentos que buscam ser autônomos e que não usam os mecanismos de controle do Estado enquanto reivindicações. A tentativa de institucionalizar, deixar com mais cara de “política”, parece ser um argumento de fácil para ser utilizado com pessoas que estão iniciando os processos ativistas para que, dessa forma, se filiem a partidos e a outras instituições consideradas mais tradicionais. Movimentos como a Marcha das Vadias (DELL’AGLIO, 2016)⁴, na sua origem, traziam fortemente características dos movimentos contemporâneos, que buscam fugir dessa institucionalização, tratando da corporalidade. Porém, é também característica um constante fluxo de transformação e mudança e, sendo também parte do emaranhado de resistência, impedir que esses movimentos sejam totalmente desvirtuados. Ou talvez, seja ainda resistência entender

⁴ Algumas das reflexões feitas nesse artigo são oriundas da dissertação de mestrado da primeira autora, que discute as pluralidades na Marcha das Vadias, suas tensões e disputas.

que de tamanha fluidez que essas ações têm, elas podem ser tampouco necessárias de continuar, dando espaço a diferentes propostas e possibilidades que escapem do esperado.

Por isso, fica difícil conceituar o significado de resistência enquanto algo fixo, mas, sim, pensar como ela se produz e se distribui entre relações e fronteiras. Dessa forma, Foucault (2014) nos instiga a pensar que a resistência se dá na recusa de sermos o que somos, nessa recusa às instituições que nos constroem e nos modelam, desconstruindo-as enquanto aparatos estáveis e naturalmente necessários, ao invés de inevitavelmente recorrer a elas enquanto práticas políticas. Assim, cria-se outras estratégias de transformação que não estão nos moldes institucionais. Dentro disso, existe a esfera do corpo, enquanto ao decidir sobre os exercícios do prazer, contrariando o “aprendido” e o “esperado”, transformar e viver o corpo, se dá também a resistência.

Os corpos que desviam das normatividades impostas no que se refere ao gênero e à sexualidade, corpos que estão à margem, corpos trêmulos que são anteriores às leis, em que as leis não dão conta da sua complexidade, sendo sua própria existência vítimas de violência do Estado, corpos anárquicos se aproximam com o que entendemos por resistência. Resistência enquanto uma prática de liberdade. A resistência entendida enquanto forma de rejeição da tutoria e autoridade que controlam a subjetividade que poderia levar ao autogoverno dos indivíduos. Ainda, para Paul Preciado (2003), as práticas contrassexuais podem ser entendidas como tecnologias da resistência e formas de contrapor a uma disciplina.

Dessa forma, a micropolítica, a vida, a existência borram-se e atravessam-se com o Estado. As práticas marginais correm tanto no território político social como fora dele. Mas existem aquelas em que em alguma temporalidade a lei não alcança. Em que o Estado não é capaz de manter a ordem. Aquilo em que por um dado momento, o não esperado, o improvável resulta num acontecimento. Os seres ingovernáveis. As marginalidades que em corpos fluídos escapam de uma lógica normativa e institucional sendo potência pra burlar as fronteiras, criar borrões. Aqueles que apostam no choque enquanto uma estratégia política a fim de dar conta das pluralidades desses corpos marginais – que tampouco se nomeia - transformando a sua existência, performaticamente, em ação política.

Referências

AÇÃO ANTISEXISTA. **Coletivo Feminista**. Sem ano. Disponível em:

<<http://anarcopunk.org/acaoantisexista/wp-content/uploads/2010/09/anarquismo-efeminismo.pdf>>. Acesso em 08 fev 2016.

AVELINO, Nildo. Estudos anarquistas e teoria política: entre Proudhon e Foucault. **Revista de Ciências Sociais**, v.36, p.187-206, 2012.

- BOLEVARI, Valéria. **E As Anarco-Feministas O Que São?**. 1995. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/15anarcofeministas.htm>>. Acesso em: 08 fev 2016.
- BUTLER, Judith. Sobre anarquismo: uma entrevista com Judith Butler. **Revista de Ciências Sociais**, v.36, p.19-27, 2012.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- DARING, C. B.; ROGUE, J.; VOLCANO, A; SHANNON, D. Introduction: Queer Meet Anarchism, Anarchism Meet Queer. In: C. B. Daring; J. Rogue; D. Shannon; A. Volcano (org.) (2012), **Queering Anarchism: Essays on Gender, Power, and Desire**. AK Press: Oakland, Edinburgh, Baltimore, p.5-18, 2012.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. “States and its Margins”. In: V. Das; D. Poole, (org.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, p.279-288, 2004.
- DAS, Veena. **The act of witnessing: violence, gender and subjectivity**. Life and Words, p.59-78, 2007.
- DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco. **Marcha das Vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- DÍAZ, Reinaldo Giraldo. Poder y resistência em Michel Foucault. **Tabula Rasa**, v.4, p.103-122, 2006.
- DUARTE, André de Machado; CESAR, Maria Rita de Assis. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. **O Que nos Faz Pensar (PUCRJ)**, v. 31, p. 175-196, 2012.
- ECKERT, Lena. Pós-anarquismo e as práticas constrasexuais de ciborgues na dildotopia. **Revista Artemis**, v. 13, p. 90-108, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio do Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio do Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- _____. **A ética do cuidado de si como prática de liberdade**. In: M. FOUCAULT. **Ditos e Escritos - V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. O sujeito e o poder. In: M. FOUCAULT, **Ditos e Escritos – IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 118-140, 2014.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: T. T. SILVA: **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia.; DOWBOR, Monica.; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Série Textos para Discussão CEM, n.19, p.3-40, 2017.

LOURAU, René. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, p. 47-65. 2004.

LUANA, Vanessa; DIAS, Mabel. **Considerações Sobre o AnarcoFeminismo**. 2007. Disponível em:

<<http://punkanarcho.webnode.com.br/zines/considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20anarcofeminismo/>>. Acesso em 08 fev 2016.

ORTNER, Sherry. **Poder e projetos**: reflexões sobre a agência. In: M. P. Grossi, C. Eckert, P. Fry (orgs), Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas, p.45-80, 2007.

PAES, Rui Eduardo. **ANARCO-QUEER? QUEERCORE!** 2014. Disponível em:

<<http://www.bitaites.org/artes/musica/anarco-queer-queercore>>. Acesso em 15 fev 2016.

PELEGRINI, Maurício. **Foucault, feminismo e revolução**. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP, 2012.

PRECIDADO, Paul. **Kontrasexuelles manifest**. Berlim: b_books: 2003.

ROSE, Nikolas. Governing “Advanced” Liberal Democracies. In: A. SHARMA; A. GUPTA (orgs.): **The Anthropology of the State, a reader**. Malden, Blackwell Publishing, p.144-162, 2006.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v.21, n.1, p.10-31, 2002.

_____. **The art of not being governed**. An anarchist history of Upland Southeast Asia. New Haven and London: Yale University Press, 2009.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria única para análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction: Rethinking Theories of the State in an Age of Globalization. In: A. SHARMA; A. GUPTA (orgs.): **The Anthropology of the State, a reader**. Malden, Blackwell Publishing, p.1-42

SIMÃO, Azis. Os anarquistas: duas gerações distanciadas. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 57-69, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83320>

Recebido: 28/03/2018

Aceito: 06/08/2018

Publicado: 28/09/2018